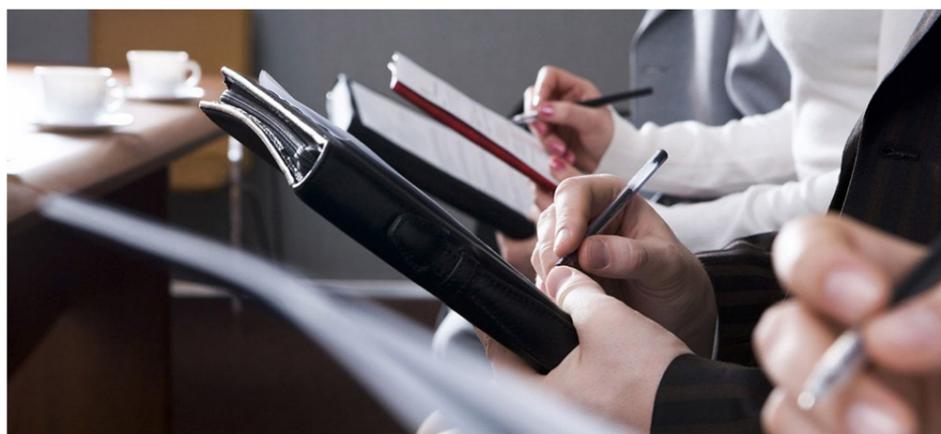


Reunião Estratégica avalia cumprimento das metas e discute ações para 2018

O Comitê Institucional de Planejamento Estratégico da Bahia (CIPE) tem por finalidade contribuir com as unidades judiciárias para o cumprimento das metas estabelecidas no plano de ação da Seção Judiciária da Bahia. Com este propósito, foi realizado, no dia 14, no Auditório Ministro Dias Trindade, um encontro que avaliou o cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário e da Justiça Federal, além de medir a situação do planejamento estratégico da seccional baiana, cujo resultado será transmitido ao Tribunal Regional Federal em reunião que ocorre ao final deste mês.

Fizeram-se presentes na reunião os seguintes servidores: Manuela Affonso Ferreira Maciel (SECAD), Eduardo José Santiago da Silva (SEMAD), Selma Silva Santos (NUCAF), Isabel Cristina Lemos de Souza (NUASG), Leila Macedo Lessa (NUCJU), Luiz Quaresma de Mello Neto (NUCRE), Álvaro Antonio Brito Reis (NU-TEC), Zacarias Vitorino de Oliveira Filho (NUAUD), Rossana Paulino Izac Leite (NUBES), Carla Maria de Carvalho Batista (NUCOM), Kleber Correia Portela (NUCOD), Isa Perpétua da Silva (SSJ de Alagoinhas), Claudia de Araujo Meirelles Soares (9ª Vara), Micheline Bacelar (4ª Vara), Patrícia Moraes de Menezes (18ª



Vara), Maria Eliana Brito de Oliveira (14ª Vara) e Claudia Silva Daniel (SEMAD).

O supervisor da Seção de Modernização Administrativa (SEMAD), Eduardo Santiago, iniciou a reunião apresentando um panorama geral da situação da Seção Judiciária da Bahia e de suas unidades judiciárias em relação às metas. Santiago considera necessário avançar em número de julgamentos de processos, posto que, dessa forma, será possível elevar a posição desta seccional em nível estratégico.

O Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceram ao todo oito metas. Sobre o assunto, o Supervisor da Seção de

Cadastro de Pessoal (SECAP), Fabricio Vampre de Oliveira Côrtes, considera que essas metas correspondem a uma necessidade social. *“Pesquisas demonstram que a sociedade quer que a Justiça aumente o número de casos julgados, que algum tipo de ação tenha um retorno mais rápido. Por meio das metas, o Judiciário nos orienta sobre essas as demandas sociais que precisam ser atendidas”.*

Ações 2018 - Dentre as sugestões de ações do Comitê para o ano de 2018, considerou-se a melhoria nos processos de trabalho como fundamental para sua dinamização e agilidade. Também foi

apontado como necessário o estímulo à gestão do conhecimento, a criação de um plano de comunicação das estratégias, bem como a apresentação às varas de um resumo dos resultados dos “Diálogos de Gestão”, série de palestras apresentadas recentemente nesta Seccional, para o aprofundamento em temas como planejamento estratégico, gestão de projetos e riscos, sustentabilidade e outros.

Além disso, a diretora de Secretaria da 18ª Vara, Patrícia Moraes de Menezes, sugeriu como solução para a descentralização das informações referentes às metas a criação de comitês nas varas, ou, a obrigatoriedade em repercutir os assuntos discutidos em reuniões do Comitê com às varas respectivas.

Serão realizadas ainda neste mês reuniões com varas cíveis, execuções fiscais e JEFs com o objetivo de trocar experiências entre aquelas unidades que atingiram as metas e as que vêm encontrando dificuldades em situações semelhantes.

Selo Estratégia em Ação - O Tribunal Regional Federal da 1ª Região instituiu o “Selo Estratégia em Ação” no primeiro grau da Justiça Federal da 1ª Região, por meio da Portaria Presi 348/2016. O selo tem por objetivo estimular o conhecimento, a gestão e o cumprimento das metas, bem como promover a transparência da gestão judiciária. As categorias são Diamante, Ouro, Prata e Bronze, atribuídas às varas federais, juizados especiais federais, turmas recursais e seções judiciárias que investem na excelência para o cumprimento das metas estratégicas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O resultado final deverá ser divulgado na primeira quinzena do mês de fevereiro.

Por Joyce Melo

II Encontro Baiano de Análise Econômica do Direito será realizado nos dias 24 e 25 deste mês

O II Encontro Baiano de Análise Econômica do Direito (EBAED) ocorrerá nos próximos dias 24 e 25, na Faculdade de Direito da UFBA (Rua da Paz, s/n, Graça, Salvador). Contando com programação extensa, o evento tem carga horária de 12h, com palestras e painéis presididos por profissionais doutores da Bahia e de outros estados.

O encontro é uma realização do Grupo de Pesquisa em Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Direito e Grupo de Pesquisa em Economia Aplicada e Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do curso de Direito da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e da UNIFACS.

A abertura do EBAED será realizada, no dia 24 de novembro, às 8h30, pelo líder do Grupo de Pesquisa sobre Análise Econômica do Direito da UFBA e juiz da 11ª vara desta Seccional, Dr. Saulo José Casali Bahia, juntamente com o coordenador do PPGD/UFBA, Heron Gordilho, o coordenador do Curso de Direito/UCSAL, Deivid Carvalho Lorenzo, e o coordenador do Curso de Direito da UNIFACS, Miguel Calmon Dantas.

Após a abertura, haverá palestra sobre Análise econômica do Direito Societário e a limitação da responsabilidade dos sócios e sobre Análise econômica no Direito do Trabalho, presididos respectivamente pelo doutor em Direito, professor da UFBA e advogado João Glicério de Oliveira Filho e pelo doutor em Direito, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGVSP) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) Luciana Benetti Timm.

No mesmo dia, dois painéis tratando sobre direito privado, econômico e público irão propor debates acerca de diferentes temáticas sob as perspectivas de diversos profissionais. Os convidados, para encerrar o encontro do dia 24 são os doutores em direito, Orlando Silva Neto e Ivo Teixeira Gico Jr, professores, respectivamente, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Centro de Ensino Unificado de Brasília (UNICEUB). Em suas palestras serão abordados os temas de proteção e defesa do consumidor e hermenêutica das escolhas e função legislativa do Judiciário.

No segundo dia de programação, com início marcado às 8h30, o primeiro painel apresentado contará com a participação do juiz federal da 22ª vara, Durval Carneiro Neto, falando sobre o fornecimento de bens semipúblicos e privados pelo Estado.

A última palestra do segundo Encontro Baiano de Análise Econômica do Direito será com a doutora em Economia e professora do INSPER, Luciana Yeung, que abordará os dez anos de estudos sobre a eficiência do Judiciário. O encerramento acontecerá às 12h15.

Para participar do encontro é necessário se inscrever através do site: <https://extensao.unifacs.br/pages/courses>.

Por Joyce Melo

Aniversariantes

Hoje: Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa, Juíza federal diretora do Foro, Glaucia Viviane de Oliveira Moura (Eunapólis), Cleliene Alves dos Santos (Conciliação), Marcos Roberto Moura de Almeida Júnior (Turma Recursal) e Ivanio Carvalho da Costa (VIPAC). **Amanhã:** Thais Ribeiro do Prado Valladares (23ª Vara), Uelton de Souza Rocha (Bom Jesus da Lapa) e Kathia Mota Barbosa Dias (CEF).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.